CÂMARA MUNICIPAL DE CARRAZEDA DE ANSIÃES

Aviso n.º 12 419-F/2007

Revisão do Plano Director Municipal de Carrazeda de Ansiães

Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 74.º, aplicável por força do n.º 2 do artigo 96.º, todos do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com alterações do Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, faz-se saber que a Câmara Municipal deliberou, em 23 de Março de 2004, proceder à revisão do Plano Director Municipal de Carrazeda de Ansiães.

Mais informa que, nos termos e para efeitos do artigo 77.º dos mesmos diplomas legais, após a publicação do aviso no *Diário da República*, irá decorrer, por um período de 45 dias úteis, uma fase de audição ao público durante a qual os interessados poderão proceder à formulação de sugestões, bem como à apresentação de informações sobre qualquer questões que possam ser consideradas no âmbito do respectivo procedimento de revisão do PDM de Carrazeda de Ansiães.

Os interessados deverão apresentar as suas exposições ou sugestões por escrito ou por correio electrónico (cmcrz@mail.telepac.pt), devidamente identificados e contendo elementos escritos e desenhos esclarecedores, sendo as mesmas dirigidas ao presidente da Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães até ao termo do prazo referido.

O presente aviso será afixado nos lugares públicos do costume.

24 de Maio de 2007. — O Presidente da Câmara, *Eugénio Rodrigo Cardoso de Castro*.

CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO

Aviso n.º 12 419-G/2007

Torna-se público, nos termos e para efeitos previstos no n.º 2 do artigo 70.º do Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro, diploma que aprovou o Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local, que, por força da deliberação da Câmara Municipal do Crato, na sua reunião ordinária realizada em 16 de Maio de 2007, foi aplicada pena disciplinar de demissão ao arguido Paulo Jorge Farias Ribeiro, facto que determinou a vacatura de um lugar do grupo de pessoal e carreira de técnico superior, do quadro de pessoal deste município.

23 de Maio de 2007. — O Presidente da Câmara, *José Correia da Luz*.

CÂMARA MUNICIPAL DO ENTRONCAMENTO

Deliberação n.º 1336-F/2007

Regulamento Municipal das Zonas de Estacionamento de Superfície de Duração Limitada Taxada do Entroncamento

Jaime Manuel Gonçalves Ramos, presidente da Câmara Municipal do Entroncamento, em representação do município do Entroncamento, faz saber que a Câmara Municipal, na sua reunião de 21 de Maio de 2007, deliberou proceder à alteração do ponto 2 do anexo B do Regulamento Municipal das Zonas de Estacionamento de Superfície de Duração Limitada Taxada do Entroncamento, passando a ter a seguinte redacção:

2 — Estacionamento no denominado «antigo parque da estação»: Os primeiros 15 minutos — 1 euro.
[...]

Nos termos do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, é submetido a inquérito público a alteração ao Regulamento Municipal das Zonas de Estacionamento de Superfície de Duração Limitada Taxada do Entroncamento, pelo período de 30 dias a contar da data da publicação do presente edital no *Diário da República*, 2.ª série.

Para constar se publica o presente edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

E eu, *Gilberto Pereira Martinho*, director do Departamento de Administração Geral e Finanças, o subscrevi.

29 de Maio de 2007. — O Presidente da Câmara, *Jaime Manuel Gonçalves Ramos*.

CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE

Aviso n.º 12 419-H/2007

Fernando João Couto e Cepa, presidente da Câmara Municipal de Esposende, torna público, para os efeitos previstos no artigo 91.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, que a Câmara Municipal de Esposende, em sua sessão ordinária de 17 de Maio de 2007, aprovou a proposta de Regulamento de Cedência e Utilização dos Autocarros Municipais.

Mais se torna público que nesta data se procedeu à afixação de edital, contendo o teor do referido Regulamento, na Secção de Expediente Geral do Departamento de Administração Geral desta Câmara Municipal.

Para constar e devidos efeitos se publica o presente aviso e se afixam editais de igual teor nos lugares públicos do costume.

24 de Maio de 2007. — O Presidente da Câmara, *Fernando João Couto e Cepa*.

Proposta de Regulamento de Cedência e Utilização dos Autocarros Municipais

Nota justificativa

Os autocarros municipais são frequentemente utilizados no apoio a entidades e organismos que prosseguem no concelho fins de interesse público.

Sendo certo que cumpre à Câmara Municipal apoiar o desenvolvimento harmónico de todo o concelho e, também por esta via, apoiar os organismos e entidades que, numa actividade pública ou privada, participam nesse mesmo desenvolvimento, também é certo que urge estabelecer regras para que o acesso à utilização e cedência dos autocarros municipais seja efectuado segundo critérios previamente estabelecidos que permitam a todos os potenciais utilizadores o seu conhecimento atempado.

Assim, sendo competência da Câmara Municipal deliberar em matéria de apoio a actividades de interesse municipal, conforme decorre do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, se elabora o presente regulamento.

Lei habilitante

A presente proposta de Regulamento foi elaborada no uso da competência prevista no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º e na alínea c) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Artigo 1.º

Âmbito e objectivos

O presente Regulamento disciplina a cedência e utilização dos autocarros municipais para organismos e entidades que no concelho prossigam actividades de interesse municipal ou público, designadamente nas áreas da cultura, desporto, da ocupação dos tempos livres, da educação, do ensino, da saúde e da solidariedade.

Artigo 2.º

Forma de utilização ou cedência

1 — Os autocarros municipais, sempre que tal seja deferido, prestarão serviço nas deslocações dos organismos e instituições, dentro ou para fora do concelho de Esposende.

2 — Os autocarros serão sempre conduzidos por motorista ou motoristas afectos aos quadros de pessoal dos serviços municipais.

3 — Os encargos com as deslocações dos autocarros, designadamente, combustíveis, portagens, parqueamentos ou outros de natureza idêntica, serão custeados pelos organismos e instituições a quem sejam cedidos os veículos, assim como serão seu encargo os custos de eventuais dormidas e alimentação e ajudas de custo, ou encargos por horas extraordinárias dos respectivos motoristas, salvo se, tratando-